

SESSÃO DE PARCERIA DA XXIII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

Las Palmas, Canárias, 23 de Novembro de 2018

Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Estamos aqui reunidos pela Europa e em nome do futuro das nossas Regiões.

A construção deste futuro coletivo só será possível se, no verdadeiro sentido da Parceria que aqui simbolizamos, todos e cada um de nós tiver um único objetivo em mente: garantir as respostas concretas para o bem-estar dos cidadãos que representamos e para o progresso da Europa.

Creio que o percurso e a 'história' que esta Conferência, através dos seus múltiplos intérpretes, conseguiu já construir no contexto da União Europeia obriga a que os seus resultados sejam mais do que apenas a continuidade de um diálogo e de uma parceria ao mais alto nível que, naturalmente, registamos e saudamos.

A responsabilidade que impende sobre todos nós é de ultrapassar o mero reconhecimento da importância que as Regiões Ultraperiféricas têm para a União Europeia.

É necessário ir mais além. É imperativo ir mais além. É urgente ir às respostas concretas perante os desafios do presente para construir um futuro melhor para os cidadãos das Regiões Ultraperiféricas da Europa e, portanto, para os cidadãos da Europa nestes territórios.

Por isso mesmo, não é possível fingir que não nos preocupam algumas das propostas da Comissão para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, num orçamento definido como “pragmático e moderno”.

Desde logo, preocupa-nos a maior centralização e o aumento da distância do fosso entre 'o centro Europeu' e os seus cidadãos.

Pela primeira vez na história da construção europeia, as dotações financeiras para programas geridos diretamente por Bruxelas são superiores às dotações financeiras destinadas às políticas de Coesão e Agrícola Comum.

Este facto pode dizer algo sobre esses novos programas, mas diz muito mais sobre o entendimento da política e sobre a forma como Bruxelas considera essa relação.

Reconhecemos e desejamos que a Europa impulsione novas políticas e novas áreas, tais como o Conhecimento, a Inovação, a Tecnologia, a Mobilidade e o Intercâmbio de Jovens, ou mesmo a Segurança e a Defesa ou as Migrações.

A questão não é o que deve a Europa fazer e, portanto, não há um debate, nem uma divisão, entre velhas e novas políticas.

A questão é com quem deve a Europa executá-las.

Exatamente porque são políticas centrais para o desenvolvimento dos nossos territórios, devem ser implementadas por atores territoriais, cuja legitimidade política e conhecimento das realidades locais são uma mais-valia para a sua implementação.

Não é verdade que a Europa tenha de optar entre a inclusão de novas prioridades e novas estratégias ou o investimento nas políticas ditas tradicionais, que continuam a ser o cerne do projeto europeu.

A verdadeira questão, quanto a mim, é se, por causa destas políticas, permitimos uma centralização disfarçada, uma centralização não legitimada de orientação e repartição de poderes e responsabilidades.

Deixemos, pois, esta dualidade entre os novos desafios e as velhas políticas, deixemos este discurso em que alguns nos pretendem arrastar, de nos submetermos a uma lógica apenas daqueles que ganham e daqueles que perdem.

Mas, sobretudo, encaremos o verdadeiro desafio que temos pela frente, de debater aquilo que verdadeiramente interessa às pessoas e não aquilo que interessa a Bruxelas.

Assim, parece-me evidente que a resposta adequada para todos, e face aos inúmeros desafios que enfrentamos, deve ser a de uma União Europeia mais robusta, porque reforçada nos instrumentos que promovam o crescimento económico, o emprego, a competitividade e a convergência territorial, social e económica.

Onde divergimos é, assim, na forma que essa resposta assume.

E essa resposta não pode ser dada menorizando a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum, utilizando-as como meras variáveis de ajustamento do próximo Orçamento Comunitário.

Não nos esqueçamos que, na sua globalidade, os montantes previstos na proposta da Comissão para o próximo Quadro Financeiro estão, aproximadamente, ao mesmo nível dos do quadro atual.

Caem assim por terra os argumentos que justificam alegadas dificuldades orçamentais com o resultado da saída do Reino Unido da União Europeia.

Não é aceitável que uma Europa que só agora começa a ultrapassar uma crise económica e financeira brutal assista impávida, e aceite serenamente, cortes nas políticas que, verdadeiramente são – e já o demonstraram – capazes de promover a coesão económica, social e territorial e de potenciar um verdadeiro sentimento de pertença entre os cidadãos europeus.

Preocupa-nos muito, especialmente, a dupla penalização proposta para a Política de Coesão, que é operada tanto por via da redução do seu orçamento real, como por via da redução drástica das suas taxas de cofinanciamento nas nossas regiões, passando de 85% para 70%.

Estamos perante uma proposta da Comissão que duplica o esforço imputado a Regiões como as nossas que, com a sua ação direta, contribuem para atingir uma coesão económica, social e territorial que permanece fundamental.

Preocupa-nos, também, que um instrumento concebido para dar resposta à especificidade das RUP num setor fundamental seja elogiado num dia, garantida a sua continuidade e a manutenção dos seus recursos noutro dia e, ao terceiro dia, vejamos o seu orçamento significativamente reduzido.

Falo do POSEI e dos seus impactos na vida dos agricultores.

Mas que fique claro que também há coisas positivas que devem ser referidas: a manutenção de uma alocação específica para compensar os sobrecustos, a flexibilidade na concentração temática, a elegibilidade de investimentos nos nossos aeroportos ou a criação de um âmbito de cooperação específico para as RUP, para citar apenas alguns exemplos, são o reflexo do que a União Europeia pode fazer, quando está empenhada, para aproveitar todo o potencial das nossas Regiões, enquanto regiões de oportunidade.

A questão que importa, nesta fase, é se os aspetos positivos – nomeadamente a inclusão, mais ou menos concreta, de referências às RUP nas propostas da Comissão para o Quadro Financeiro 2021-2027 – são suficientes para dar continuidade ao percurso de crescimento e de desenvolvimento das RUP e ao seu processo de convergência com a União.

Ao Parlamento e aos Estados aqui representados deixa-se, assim, o desafio de que importa agora, nas fases seguintes deste processo e sem que a celeridade com que desejamos ver aprovado o próximo Quadro Financeiro penalize os resultados que pretendemos, melhorar, concretizar e operacionalizar algumas das propostas em cima da mesa para alavancar todo o potencial que o nosso contributo, enquanto Regiões Europeias de pleno direito, pode aportar ainda mais a esta Europa a que somos leais.

Muito obrigado pela vossa atenção.